
III Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia
Recife, 8 a 10 de setembro 2016
"Devoções religiosas e pluralismo cultural"
Anais

A ORIGEM DO MAL NO PENSAMENTO DE AGOSTINHO DE HIPONA*

Izaias dos Santos Goes Gomes – UFS

Resumo

O presente texto tem por objetivo discutir o pensamento de Agostinho de Hipona sobre a origem do mal. Para se entender as ideias do hiponense se faz necessário compreender o problema do dualismo maniqueísta, o qual defende duas substância de igual natureza, co-eternas. Agostinho de Hipona, convertido ao cristianismo católico, refutou as ideias dualista do maniqueísmo ao defender que só há um único ser, o Bem. Este Bem é identificado como sendo Deus: Criador de todas as coisas que por ser Sumo Bem fez tudo bom. Sendo assim, o mal não vem de Deus, mas, da negação do mesmo. A raiz do mal encontra-se no livre-arbítrio da vontade do homem, que voluntariamente nega seu criador.

Palavras-Chaves: Agostinho de Hipona. Mal. Livre-Arbítrio.

Introdução

A busca por uma explicação sobre a origem do mal sempre foi uma preocupação da filosofia e também da teologia, principalmente dentro das religiões judaico-cristãs. Nelas haviam divergências no entendimento sobre a origem do mal, como também na implicância moral sobre a humanidade.

A compreensão do mal na perspectiva maniqueísta elevou o mesmo a uma realidade de existência substancial, isto é, a natureza do mal tem co-eternidade com a origem do bem. De acordo com a doutrina maniqueísta, ambos são responsáveis pela criação do cosmos, pois tudo que há nele de bom ou de mau, de Luz e de trevas e até mesmo na matéria há sombras do mal e do bem. Sendo o universo um composto de matéria e luz, nela habita o bem e o mal com as mesmas medidas. O corpo humano que é composto de matéria, torna-se prisão para o espírito que é luz e que busca se separar para voltar a Luz suprema.

* Trabalho apresentado no III Congresso Nordestino de Ciências da Religião, realizado entre os dias 08 e 10 de setembro de 2016 na UNICAP, PE.

Agostinho faz um contraponto a esse dualismo maniqueísta ao refutar que o mal não existe enquanto ser, a esse propósito assimila do cristianismo as bases para seus argumentos no enfrentamento aos maniqueístas. Nessa nova adesão da fé cristã, o hiponense refuta o dualismo ontológico do bem e do mal dos maniqueístas e desenvolve a teoria da origem do mal como sendo uma negação do Sumo Bem, na qual o mal não tem ser, não existe, mas o mal é resultado do livre-arbítrio da vontade do homem que o utiliza em vista de si mesmo. Ou seja, o mal é moral; é um ato voluntário do homem ao negar seu Criador, Deus, Bem universal, em vista de si mesmo.

Com o objetivo de compreender o problema da origem do mal em Agostinho de Hipona, o presente texto foi subdividido em três momentos. No primeiro, está em destaque a concepção de bem e mal na doutrina maniqueísta, na qual apresenta a principal ideia da origem do mal no cosmos. No segundo momento discutimos a ideia do bem, enquanto ser, nas bases da ontologia agostiniana. Antes de tudo, se evidenciam duas realidades que se parecem opostas, mas que se relacionam entre si na vida prática dos homens, na qual o bem não pode ser pensado sem a existência do bem. Já na terceira discursão o tema da origem do mal chega ao livre-arbítrio da vontade do homem, no qual é de onde o homem age voluntariamente e nega seu Criador. Assim, o presente texto não tem a pretensão de finalizar a discussão ou ainda em dar respostas ao problema do mal, mas trazer a sua problemática à luz da reflexão contemporânea, em se tratando que a humanidade hoje ainda busca entender o que é o bem e o mal.

O bem e do mal na doutrina maniqueísta: crítica agostiniana

O problema da origem do mal no mundo é uma discussão que sempre esteve ligada diretamente ao aspecto filosófico e teológico-religioso. Esse tema foi enfrentado por Agostinho de Hipona, principalmente após sua

conversão ao cristianismo, o qual ele queria refutar o pensamento maniqueísta, de onde ele mesmo outrora havia sido membro. Portanto, agora procuramos entender como se fundamenta a doutrina dualista do maniqueísmo[1] sobre bem e o mal.

A ideia proposta na doutrina de Mani era a da existência de um bem que promove as coisas boas e há uma mal como origem responsável pelas coisas más no mundo. Ele entendia que existiam duas forças cósmicas a do bem e a do mal que são co-eternas que regiam todo o universo natural e humano. Ora, bem e mal são dois princípios que sempre existiram e eles compreendiam numa divisão cronologicamente em três tempos:

> O primeiro tempo, inicial ou passado, engloba as origens cósmicas dos dois princípios, o Bem e o Mal, quando eles viviam independentes um do outros, e seus afrontamentos. [...] O segundo tempo, médio, é o tempo da mistura entre os dois reinos, que se caracterizará pela queda de uma parte da Luz na matéria e o início da luta entre os dois reinos ou a história da luta de salvação da Luz prisioneira da matéria, bem como é o tempo da criação dos seres do universo. O terceiro tempo, final ou futuro, será o retorno definitivo da luz às suas origens, ou seja, a libertação ou a separação de todas as luzes imbricadas na matéria, com a entrada de todas as almas no reino do Pai e a queda da matéria e dos demônios no inferno tenebroso (COSTA, 2008, p. 41).

A relação concomitante entre o bem e do mal no pensamento maniqueísta mostra que a criação é fruto da fusão dessas duas forças. De certo, há uma luta constante por libertação da parte do Bem-Luz da força do mal que está relacionada à matéria: prisão da parte boa na criação. A matéria é uma prisão para a luz por ser feita de parte das Trevas, princípio do mal. Para a criatura existe uma necessidade de salvação do espírito que é luz, o qual volta à Luz suprema ao separar da matéria, fonte que instiga o homem para a adesão do mal.

[1] O maniqueísmo foi fundado, no século III, na Ásia, por um monge asceta de nome Mani ou Manés. Este nasceu em 14 de abril de 216, na aldeia de Nahar-Koutha, distrito de Mardinu, localizada entre os rios Eufrates e Tigre, na Babilônia do Norte, no quarto ano do reinado de Artaban V, último rei Arsácide. Marcos Roberto Nunes Costa. *O problema do mal na polêmica Antimaniqueia de Santo Agostinho*. p. 52-53.

Essa exposição dos maniqueus implica a existência de um ser puramente bom e outro puramente mal e o ser humano fica isento de qualquer culpabilidade diante de seus atos, já que o princípio mal lhe estar incutido na sua natureza que é mesclada de bem e mal.

> Os maniqueus vão construir uma doutrina que isente Deus de toda responsabilidade pelos males existentes no universo e o homem pelas maldades praticadas individualmente. Isso significa dizer que, na doutrina maniqueia, o problema do mal concentra-se em Deus, ou seja, Deus, autor do Bem, não pode ser a causa do mal (COSTA, 2002, p. 59).

Na concepção de Marcos Costa, os maniqueístas justificavam a raiz do mal na natureza e entre os homens. O mal existe por si mesmo e está contido diretamente na criação, ou melhor, a criação é formada com partes das Trevas, Mal.

O maniqueísmo difundiu-se por toda a África e também nas regiões romanas cristãs, estimulando muitos adeptos a assimilar tais teorias. Agostinho ao converter-se ao cristianismo passa a combater essa doutrina de forma veementemente e muitas de suas obras se caracterizam por uma apologia cristã em recusa ao maniqueísmo. Nas suas *Confissões* ele diz:

> Pensava eu, miserável, que na desunião da vida irracional existia qualquer substância e natureza do sumo mal que não era só substância, senão também verdadeira vida. Mas era vida que não proveria de Vós, Deus meu, de quem se originam todas as coisas. Sem saber o que dizia, chamava àquela unidade "mônada", como a alma sem sexo; à multiplicidade chamava "díade" por ser ira nos crimes e voluptuosidade nas paixões. Não conhecia ainda nem tinha aprendido que o mal não é substância alguma, nem a nossa mente é bem supremo e imutável. (*CONFISSÕES*, IV, 15, 24).

O desafio de Agostinho foi defender Deus como Bem Supremo e que não havia nada em igualdade a Ele, visto que é o único ser criador, bom e imutável. Contudo, o mal está presente no mundo, mas se não tem substância, perde sua sustentabilidade ontológica.

Bem e mal agostiniano

Antes de analisar o que o hiponense entende por mal é preciso compreender sua ideia de bem. Qual a natureza do Bem agostiniano? Por se tratar de um convertido ao cristianismo esse Bem é identificado imediatamente ao Deus cristão. Então, como Agostinho apresenta esse Sumo bem?

> O Supremo Bem, acima do qual nada existe, é Deus; por isso é um Bem Imutável e também verdadeiramente eterno e imortal. Todos os outros bens têm nele a sua origem, mas não participam dele. O que é da sua natureza é ele mesmo; as coisas que foram criadas têm nele a sua origem, mas não são o que ele é (*A NATUREZA DO BEM*, 1).[2]

O Deus agostiniano está numa dimensão filosófico, teológico metafísico classificado como único, ou seja, não existe outro igual ou similar, mas o que existe no mundo é criação de Deus. Este criou tudo que existe. Pois, elas, as coisas, têm em Deus seu princípio e o expressam.

> O universo é inteiramente organizado segundo o modelo das ideias divinas; tudo o que ele tem de ordem, de forma e de fecundidade vem delas, de modo que o liame fundamental que religa o mundo a Deus é uma relação de semelhança. [...] Deus é o Ser por excelência, a tal ponto que este é o nome pelo qual é designado ao enviar Moisés aos filhos de Israel: *Ego sum qui sum* (GILSON, 2010, p. 397.

Deus é a excelência suprema, o qual não se permite equidade a outro ser. Nesse comentário sobre Agostinho, Gilson mostra que o Deus agostiniano é um criador presente na manutenção da criação; está atento e ativamente presente no cotidiano do universo. Agostinho mesmo diz que "Deus está acima de todo modo, de toda a espécie e de toda a ordem da criatura. Não está acima no sentido de distância local, mas sim pelo seu inefável e singular poder, do qual provém todo modo, toda espécie e toda

[2] Summum bonum, quo superius non est, deus est; ac per hoc Incommutabile bonum est; ideou ere aeternum et uere Inmortable, cetera omnia bona nonnisis ab illo sunt, sed non de illo. De illo enim quod est, hoc quod ipse est; ad illo autem quae facta sunt, non sunt quod ipse.

ordem" (*A NATUREZA DO BEM, 3*).[3] Ou seja, é um Deus que não abandona; Ele mantém tudo que criou. Dessa forma, não há espaço para um ser mal e ainda mais que sempre tenha existido junto ao sumo bem, como ensinavam os maniqueus.

Na concepção maniqueísta não se pode pensar o mal sem este está atrelado a ideia de bem, ou seja, "o mal se quer pode ser concebido fora de um bem" (GILSON, 2010, p. 273). Isso porque é preciso uma referência para se negar ou agir contrariamente. Para os maniqueístas o mal era visto como uma força paralela a força do bem, em Agostinho o mal é descaracterizado de força paralela ao bem e engendrada como "uma perversão da vontade desviada da substância suprema" (*CONFISSÕES, VII, 16,22)*. O mal não tem ser; com isso, o mal não existe. O mal é um agir contrário a uma determinação ou prescrição divina.

Em outras palavras, essa não existência está ligada a não observância do homem ao mandamento de Deus. Assim, "o mal não poderia ser cometido sem ter algum autor (...) não existe um só e único autor. Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação" (*O LIVRE-ARBÍTRIO, I,1,1)*. Agostinho atribui ao homem a responsabilidade de ser o autor do mal no mundo. O homem pratica esse mal quando nega Deus e essa negação é rejeição a obediência a Deus.

> Deus é um Bem tão grande que para quem dele se separa não resta mais nenhum bem. E entre as coisas feitas por Deus, a natureza racional é um bem tão grande, que ela não pode ser feliz por nenhum outro bem que não seja Deus (*A NATUREZA DO BEM, 7*).[4]

Ao usar mal a natureza racional, que é um bem criado por Deus, o homem procura nos bens criados ferramentas que lhe traga felicidade. No

[3] Deus itaque supra omnem creaturae modus est, supra omnem speciem, supra omnem ordinem; nec spatlis locorum supra est, sed ineffabill et singular potentia; a quo omnis modus, omnis species, omnis ordo.
[4] Bonum est deus, ut nemini eum deserenti bene sit; et in rebus a Deo factis tam Magnum bonum est natura rationalis, ut nullam sit bonum, quo beata sit, nisi deus.

entanto, ele só pode ser feliz quando sua razão se direciona a Deus. Assim, o mal consiste na separação de Deus que é o Bem por excelência e que sem Ele o homem não terá felicidade.

Agostinho, ao comentar a sagrada Escritura, especificamente no livro do Gênesis, onde expressa o momento central dessa negação do homem a Deus pela descrição da metáfora da "árvore do conhecimento do bem e do mal" (GÊNESIS, 2,16-17), ressalta que o contato do homem com o fruto dessa árvore, que não era má, implicou ao homem a dizer não a ordem de Deus que imediatamente rompe o elo que o mantinha unido a Deus. Tal ato do homem é entendido como sendo voluntário, ou seja, querido racionalmente desobedecer seu Criador. Comenta Agostinho,

> Essa árvore não produzia alimento nocivo, nem que aquele que a criara boas todas as coisas viesse a criar alguma coisa má no paraíso, mas que o mal para o homem foi a transgressão do preceito. Convinha, por outro lado, que o homem submetido ao Senhor recebesse uma proibição, para que a obediência, que devia merecer seu Senhor, fosse uma virtude. Posso dizer que a obediência representa a única virtude para toda criatura que age sob o poder de Deus; e que o primeiro e maior dos pecados do orgulho, cujo nome é desobediência, é querer usar de seu poder para sua ruína (*COMENTÁRIO AO GÊNESIS*. VIII. VI,12).

A desobediência do homem a Deus expressou, no entendimento agostiniano a negação da criatura ao Criador, atitude que demostrou a vontade daquela em ser como seu Senhor, *conhecedor do bem e do mal*. Essa ação do homem provocou a corrupção da natureza humana, o homem tornou-se subversivo as regras divinas. Explica Agostinho: "diz-se má a natureza que está corrompida, pois que a natureza incorrupta é boa. Mas, mesmo a natureza corrompida, enquanto natureza, é boa, só enquanto corrompida é que é má" (*A Natureza do Bem, 4*).[5] O homem enquanto criatura permanece boa porque seu criador é Bom, contudo, sua natureza foi corrompida ao negar Deus, ou seja, a desobediência é resultado da

[5] Mala itaque natura dicitur, quae corrupta est; nam incorrupta utique bona est, sed etiam ipsa corrupta, in quantum natura est, bona est; in quantum corrupta est, mala est.

negação em submeter-se totalmente a Deus; o homem quis autonomia do seu criador.

O Livre-Arbítrio da vontade humana

Como já foi dito acima, o mal agostiniano não tem substância, não existe. Contudo, ele tem uma origem, uma raiz, pois se o mal não preexiste eternamente, nem foi criado por Deus que é sumo Bem e no entanto trouxe consequência para o homem, então de onde vem esse mal? A concepção de Agostinho de Hipona a respeito da origem do mal tem por fundamente retirar de Deus qualquer responsabilidade de ser o autor do mal e mostrar que o responsável pela origem do mal é o próprio homem por meio do seu livre-arbítrio da vontade. Sobre isso, escreve Agostinho:

> Já que a vontade move-se, afastando-se do Bem imutável para procurar um bem mutável, de onde lhe vem esse impulso? [...] E esse movimento, isto é, o ato de vontade de afasta-se de Deus, seu Senhor, constitui, sem dúvida, pecado. Poderemos, porém, designar Deus como o autor do pecado? Não! E assim esse movimento não vem de Deus. [...] De onde pode proceder aquele movimento de aversão que nós reconhecemos constituir o pecado – sendo ele movimento defeituoso, e todo defeito vindo do não-ser, não duvides de afirmar, sem hesitação, que ele não procede de Deus. Tal defeito sendo voluntário, está posto sob nosso poder. Porque, se de fato o temeres, é preciso não o querer; e se não o quiseres, ele não existirá (*O LIVRE-ARBÍTRIO. II. 20,54*).

O que Agostinho observou foi que pela vontade livre o homem pode querer voluntariamente transgredir os preceitos de Deus, ou seja, ao usar a liberdade da vontade o homem pode não obedecer a Deus, como também escolher os bens criados que são mutáveis e corruptíveis, ao invés de permanecer com o próprio Criador, bem imutável e incorruptível. Como esses bens escolhidos são frutos do querer da vontade do próprio homem, é inerente a este homem o poder de querer ou não querer um bem desejado.

Sendo assim, o mal praticado pelo homem não consiste em uma ação necessária a sua natureza, mas é uma decisão da própria vontade em querer fazer algo contrário a natureza do bem. Em confissões, Agostinho descreve um fato ocorrido na sua infância, quando junto aos colegas roubava peras na quinta alheia. Agostinho observou que a transgressão se deu voluntariamente, desprovido de necessidade pelo objeto usurpado. Relata ele: "E eu quis roubar; roubei, não instigado pela necessidade, mas somente pela penúria, pelo fastio da justiça e pelo excesso da maldade" (*CONFISSÕES. II. 4,9*). O motivo da prática de tal ato aconteceu pelo fato de menosprezar o que é justo ou a justiça.

Como a vontade humana é livre, o mal consiste numa ação em que o homem realiza contrariamente aos preceitos divinos, que é Justiça. O roubo do jovem Agostinho não foi por necessidade que se tinha do objeto roubado, mas sim pelo prazer voluntário de não obedecer princípios da Justiça. Assim, o ato da vontade está orientada contrariamente aos preceitos de Deus, ou seja, a ordem perfeita da criação.

> O mal consiste em à vontade voltar as costas ao rumo que deveria tomar segundo a sua natureza. Se o impulso correto pode ser qualificado como conversão, analogamente o mal será caracterizado como perversão da vontade, isto é, não apenas um movimento diferente, mas uma ausência de movimento, que ofende, que contraria a natureza dela mesma, vontade (NOVAES FILHO, 2007, p. 293).

Na concepção de Novaes Filho, a ação realizada pelo homem por meio de sua vontade livre é contra Deus, ou seja, é negar a própria natureza e sua origem. Pois, criado por Deus, o homem substitui o seu Criador ao querer uma criatura ou a si mesmo, de forma voluntária. O homem quis o que não tem ser e negou o Ser que criou todas as coisas, inclusive o próprio homem. Assim, o movimento natural da vontade livre do homem de buscar sempre seu Criador não está sendo realizado e sim negligenciado.

Ora, ao não escolher permanecer obediente ao seu Criador, o homem delibera sobre sua vontade optando por si mesmo frente a prescrição a ele dada: "Podes comer de todas as árvores do jardim, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás, porque no dia em que dela comeres terás que morrer" (*GÊNESIS, 2,16-17*). A decisão de não acatar o preceito de Deus coube ao homem fazer. Dessa forma, o mal é uma transgressão ao preceito de Deus feita pelo homem de forma voluntária, ou seja, "o mal vem ao mundo através da livre escolha humana" (*MATTHEWS, 2008, p. 182*).

Quando o homem não opta em conduzir sua vontade constantemente a Deus seu itinerário será de uma vida infeliz. Para Agostinho, "quando a vontade adere ao Sumo Bem, então o homem possui a vida feliz. Essa vida feliz mesma é o que o espírito sente quando adere ao Bem imutável" (*O LIVRE-ARBÍTRIO. II. 19,52*). Contudo, essa adesão do homem a Deus acontece quando a vontade livre que antes tinha negado aceitar firmemente o preceito divino, decide voltar a obedecer os preceitos divino.

Para o hiponense o livre-arbítrio da vontade não é a capacidade para proporcionar a vontade a fazer duas escolhas, ora o bem ou ora o mal. Mas, o livre-arbítrio é um bem criado por Deus e dado ao homem, o que permitir ao homem orientar sua vida a Deus. Diz Agostinho,

> Quando Deus castiga o pecador, o que te parece que ele diz senão estas palavras: 'Eu te castigo porque não usaste de tua vontade livre para aquilo a que eu a concedi a ti'? Isto é, para agires com retidão. Por outro lado, se o homem carecesse do livre-arbítrio da vontade, como poderia existir esse bem, que consiste em manifestar a justiça, condenando os pecados e premiando as boas ações? Visto que a conduta desse homem não seria pecado nem boa ação, caso não fosse voluntária (*O LIVRE-ARBÍTRIO. II. 1,3*).

Ou seja, o proposito do livre-arbítrio da vontade criado por Deus para o homem foi conceder ao homem a capacidade racional de agir com retidão. Assim, é função do livre-arbítrio da vontade dar ao homem a condição

necessária para que este escolha constantemente permanecer voltado para o seu Criador. Com isso, o homem não é livre para fazer o mal, mas para orientar retamente sua vida a Deus, cuja ação contrária é negar Deus.

Segundo Gilson,

> Deus criou a vontade mestra de si mesma e capaz de se apegar ao soberano bem ou de se desviar deste; mas se a vontade assim criada poderia se desligar de Deus, ela não deveria; sua queda, uma vez que ocorreu, não foi a queda natural e fatal de uma pedra que cai, mas a queda livre de uma vontade que se abandona (*2010, p. 279*).

A vontade pode auto escolher-se a si mesma, no entanto, essa não deve ser uma opção a ser feita, mas a vontade deveria decidir sempre escolher seu Criador. O hiponense diz que "podemos acusar a alma de pecado, quando verificamos que claramente ela prefere os bens inferiores, em abandono dos superiores" (*O LIVRE-ARBÍTRIO. III. 1,2*). Ou seja, quando o homem troca a *Sabedoria* e a *Verdade* que são bens superiores por coisas materiais que são bens inferiores, o livre-arbítrio permite a vontade a não aderir constantemente ao seu criador de forma voluntária e com isso ela abandona-se em si mesma quando prefere um bem inferior.

Então, uma questão é pertinente. O que estimula a vontade do homem a se desviar do Sumo Bem? Na concepção de Agostinho à vontade livre do homem ao decidir em não se manter firme ao preceito divino desabrocha a cobiça pelos bens inferiores. Para ele, o demônio persuadiu o homem, o qual preferiu tomar sua própria decisão a querer seguir os preceitos predeterminados do Criador, quando diz: "aconteceu que o homem não foi arrancado por violência ao demônio, tal como este não havia se apropriado por violência do homem, mas por persuasão" (*O LIVRE-ARBÍTRIO, III, 10,31*). A tentação para que se tenha resultado eficaz é necessário o consentimento de quem está sendo persuadido. Nesse caso apresentado por Agostinho, o homem aceitou transgredir a ordem de Deus de não comer do fruto da *árvore do conhecimento do bem e do mal* porque

quis de livre vontade. O homem cobiçou ser conhecedor do bem e do mal e não ficar apenas restrito a confiar em seu Criador.

> Não penses que se possa dizer nada de mais verdadeiro do que esta máxima: "A raiz de todos os males é a cobiça" (1Tm. 6,10), isto é a disposição de querer além daquilo que é suficiente e que cada natureza exige conforme sua própria condição a fim de se conservar (*O LIVRE-ARBÍTRIO. III. 25,74*).

Essa cobiça é fruto da vontade livre do homem que decide querer a mais do que é suficiente para a vida do homem. Pois, a capacidade de querer e não querer é um poder próprio da vontade do homem, como afirma o hiponense: "A vontade não falta a quem quer. E nada mais está tanto em nosso poder, quanto termos à nossa disposição o que queremos. Consequentemente, nossa vontade sequer seria mais vontade, se não estivesse em nosso poder" (*O LIVRE-ARBÍTRIO. III, 3,8*). Esse querer ao se tornar independente desvia o foco primordial que é a observância dos preceitos do Criador. A cobiça é fruto da vontade desviada, a qual instiga a vontade livre a ter as necessidades particulares mais expansivas do que se realmente necessita deixando de para traz o Sumo Bem, Deus.

Considerações finais

Sendo o Bem um Ser, que é Deus e o mal sendo a negação do Bem, que é um não ser, o homem tem na sua vontade livre o poder de querer a Deus ou querer a si mesmo, para tal, esse poder está no livre-arbítrio da vontade. Dessa forma, ao colocar a origem do mal no livre-arbítrio da vontade do homem, Agostinho de Hipona isenta Deus de ser autor do mal e desloca a responsabilidade para o próprio homem de ser o autor do mal. Com isso, o mal é colocado no âmbito da moral, na ação voluntária do homem, donde a atitude do homem em relação ao seu criador implica numa ação contrária as normas divina.

Ao recusar voluntariamente em querer observar os preceitos de Deus, o homem enveredou por um caminho que lhe permite a negação do seu Criador em vista de uma busca de independência. Essa independência proporciona ao homem o afastamento de seu Deus e como reflexo dessa atitude a vida do homem está permeada de realizações infelizes. Isso acontece por causa de uma insaciável procura por satisfação, já que os bens inferiores são limitados junto ao próprio querer do homem. Dessa forma, a vontade humana está propensa a agir em vista de si mesmo.

A concepção de Agostinho de Hipona sobre a origem do mal que está no livre-arbítrio da vontade do homem refuta a teoria maniqueísta dos dois princípios co-eternos e ao mesmo tempo reforça a ortodoxia cristã. Ele justifica a limitação humana como sendo uma vontade frágil, a qual deve estar submetida constantemente na observância dos preceitos divino que orienta o livre-arbítrio da vontade permitindo ao homem uma vida feliz. Nesse mal identificado como pecado, Agostinho de Hipona fornece ao cristianismo os instrumentos filosóficos e teológicos necessários para uma orientação moral do indivíduo como sendo ele mesmo responsável pelos outros.

Referências

AGOSTINHO DE HIPONA. **Confissões.** Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S. J. Introdução de José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. Trad. Das introduções e notas de La Sainte Bibie, edição de 1973. 9ª impressão. São Paulo: Paulus, 2000.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O Problema do mal na polêmica Antimaniqueia de Santo agostinho.** Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. *Maniqueísmo: História, Filosofia e Religião*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. 2ª edição. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

MATTHEWS, Gareth B. **Santo Agostinho**. Trad. de Hugo Chelo. Lisboa – Portugal: Edições 70, 2008.

NOVAES FILHO, Moacy Ayres. **A Razão em exercício**: estudos sobre a filosofia de Agostinho. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

SANTO AGOSTINHO. **A Natureza do Bem**. Bilíngue. Introdução, tradução e nota de Mario A. Santiago de Carvalho, texto latino do CSEL. Porto – Portugal: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 1992.

_____. **Comentários ao Gênesis**. Trad. Agustinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **O Livre-Arbítrio**. Tradução, Organização, Introdução e notas Nair de Assis: revisão Honório Dalbosco. 2ª edição. São Paulo: Paulus, 1995.